

**CONTEXTOS EDUCACIONAIS ENVOLVIDOS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO ATRAVÉS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (2010 – 2015)**

***EDUCATIONAL CONTEXTS INVOLVED IN THE INTERNATIONALIZATION OF THE FEDERAL RURAL UNIVERSITY OF PERNAMBUCO THROUGH THE SCIENCE WITHOUT BORDERS PROGRAM (2010 - 2015)***

Geyza Leyde Camello Lustosa<sup>1</sup>, Nadja de Araújo Macedo<sup>2</sup>, Thiago Vasconcellos Modenesi<sup>3</sup>

**RESUMO**

O incentivo na educação através de programas de mobilidade internacional, possibilitou a inserção de estudantes em um cenário internacional, ampliando assim, as dimensões das Instituições de Ensino Superior, para atender a novas expectativas, fomentando a internacionalização. Diante do exposto, realizamos uma pesquisa descritiva e exploratória com o intuito de analisar os contextos educacionais envolvidos na internacionalização da Universidade Federal Rural de Pernambuco através do Programa Ciência sem Fronteiras, no seguinte período cronológico: 2010-2015, período de vigência do Programa CsF. A pesquisa desenvolvida tem como objetivo geral analisar quais os reflexos na Internacionalização da UFRPE através do programa Ciência sem Fronteiras. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, através da pesquisa realizada pela ACI; dos questionários aplicados durante a pesquisa e os documentos que constituem o corpus de nosso trabalho. A partir dos dados coletados podemos analisar que os estudantes após a mobilidade acadêmica tiveram experiências educacionais que alavancaram sua educação continuada, vivenciaram a prática profissional na sua área, além de destacar a fluência no idioma. O ensino nas Universidades estrangeiras possibilitou o compartilhamento e aquisição de conhecimento, o que agregou no nível acadêmicos dos estudantes. Contudo, a Universidade para fomentar a internacionalização, além do seu papel importante de acompanhamento e orientação, necessita ampliar suas ações no ensino das línguas estrangeiras, melhorar seu apoio aos estudantes após a mobilidade e fomentar programas de mobilidade através de parcerias internacionais e promover mais eventos acadêmicos voltados para internacionalização e mobilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Internacionalização. Mobilidade.

1 Secretária Executiva pela Universidade Federal de Pernambuco, especialista em Políticas públicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e mestrado em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco.

2 Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Campina Grande. Técnica Administrativa em Educação (Administradora) da Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade Acadêmica de Garanhuns.

3 Professor de Graduações da Uninabuco, professor Titular do Mestrado em Inovação e Desenvolvimento da UNIFG e professor colaborador do Mestrado em Gestão Pública da UFPE.

## ABSTRACT

*The incentive in education through international mobility programs has allowed the insertion of students in an international scenario, thus expanding the dimensions of Higher Education Institutions to meet new expectations, fostering internationalization. In view of the above, we conducted a descriptive and exploratory research with the purpose of analyzing the educational contexts involved in the internationalization of the Federal Rural University of Pernambuco through the Science without Borders Program, in the following chronological period: 2010-2015, period of validity of the CsF Program. The research developed has the general objective of analyzing the reflexes in the Internationalization of UFRPE through the Science without Frontiers program. The methodology used was content analysis, through the research carried out by ACI; of the questionnaires applied during the research and the documents that constitute the corpus of our work. From the collected data we can analyze that students after academic mobility had educational experiences that leverage their continuing education, experienced professional practice in their area, and highlight fluency in the language. Teaching in foreign universities allowed the sharing and acquisition of knowledge, which added to the academic level of students. However, in order to foster internationalization, in addition to its important role of monitoring and guidance, the University needs to expand its activities in teaching foreign languages, improve its support for students after mobility and foster mobility programs through international partnerships and promote more events academics focused on internationalization and mobility.*

**KEYWORDS:** Education. Internationalization. Mobility.

## INTRODUÇÃO

O investimento em educação é muito importante no processo de desenvolvimento da população. A educação tem um papel essencial na formação dos principais transformadores e pensadores da sociedade e, para que essas pessoas possam vivenciar uma experiência internacional, interagir com outras culturas e apreender novas tecnologias, o país deve propiciar oportunidades de mobilidade para estudantes, professores e pesquisadores, podendo trazer novas experiências e potenciais acadêmico, cultural e pessoal para a transformação da sociedade.

No caso brasileiro, com o objetivo de gerar oportunidades de mobilidade internacional para fomentar as pesquisas e melhorar a educação com a troca de experiência cultural, pessoal e científica, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi uma iniciativa do Governo Federal, através da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançado em 2010, e oficializado em 26 de julho de 2011, com a proposta de conceder 101 mil bolsas de estudos para mobilidade internacional, vindo a ser extinto em 2015.

O Programa Ciência sem Fronteiras fez parte da implementação de políticas públicas de internacionalização da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que se adaptou para atender as oportunida-

des de mobilidade internacional, para que seus alunos, docentes, técnicos administrativos vivenciassem novos desafios culturais e acadêmicos, contribuindo para torná-la, assim, uma instituição aberta ao fenômeno da globalização.

O Programa Ciência sem Fronteiras buscava promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, além de priorizar a melhoria do ensino em diversas áreas de atuação (BRASIL, 2011).

A implementação do Programa CsF como uma etapa importante do processo de internacionalização na educação, proporcionou várias oportunidades aos estudantes, pois além da troca de conhecimento para a sua formação, o aluno estava interagindo com o cenário acadêmico, cultural e social, fazendo com que a mobilidade fosse um grande desafio profissional e pessoal, pois estava adicionando novas competências no seu desenvolvimento.

Com a política pública de mobilidade internacional, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tiveram que se adaptar ao novo cenário e as Assessorias de Cooperação Internacional foram adaptadas ao CsF para dar o suporte aos alunos em mobilidade e demais pesquisadores que desejassem realizar o processo de mobilidade.

É nesse contexto que situamos o apoio institu-

cional da UFRPE, através da Assessoria de Cooperação Internacional (ACI), na orientação aos estudantes quanto a questão acadêmica, ao desenvolvimento profissional e os trâmites da viagem, para que eles aproveitassem a oportunidade e superassem os desafios de vivenciar este período em outro país.

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Assessoria de Cooperação Internacional (ACI) foi criada em 2007, como um setor ligado a Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade, e depois foi vinculado ao Gabinete do Reitor, com a finalidade precípua de ampliar e consolidar a internacionalização e os laços de cooperação interinstitucionais da UFRPE, através das seguintes atividades principais: Tramitação e acompanhamento dos diferentes documentos de cooperação firmados entre a UFRPE e instituições nacionais e internacionais; Orientações da UFRPE sobre a formalização de parcerias, programas de intercâmbio e oportunidades de bolsas; Atendimentos de orientação a alunos, professores e pesquisadores da UFRPE a respeito de oportunidades de bolsas, cursos e intercâmbios internacionais (ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, 2012).

A realização deste trabalho é motivada pelo engajamento de Geyza Camello, orientada pelo professor Thiago Modenesi, em pesquisa que deu origem a dissertação de mestrado, materializada como recorte da mesma neste artigo.

O referido vínculo profissional à Assessoria de Cooperação Internacional (ACI) se deu desde 2012, período no qual se reestruturou este setor para atender as demandas da Universidade, principalmente pelo Programa CsF, com o remanejamento de vários servidores técnico-administrativos para o atendimento aos estudantes selecionados para o programa.

Nesse momento a Assessoria Cooperação Internacional ressaltou seu desempenho na gestão 2011-2012 pelo índice de mobilidade internacional na UFRPE, que era de 30 estudantes em 2011, alcançando em 2012 um crescimento de 300%, com estudantes que tiveram a oportunidade de vivenciar a mobilidade internacional, destacando o apoio Institucional e Federal, através da implantação do Programa Ciências sem Fronteiras, no ano de 2010 (ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, 2012).

Neste ponto, ressaltamos a importância da Ins-

tituição Federal estar preparada para elaborar atividades que façam a abertura e o fechamento da mobilidade para que fortaleça a internacionalização. Este acompanhamento fez com que o que foi investido com o estudante retorne também para a Universidade que o enviou como forma de garantir que a política realmente seja aplicada eficazmente, gerando benefícios para a vida profissional do discente egresso, para os demais potenciais candidatos à mobilidade e mesmo para os que não tenham a mesma oportunidade, de modo que todos sejam contemplados no processo de internacionalização.

Diante do exposto, realizamos uma pesquisa descritiva e exploratória com o intuito de analisar os contextos educacionais envolvidos na internacionalização da Universidade Federal Rural de Pernambuco através do Programa Ciência sem Fronteiras, no seguinte período cronológico: 2010-2015, período de vigência do Programa CsF.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, através da pesquisa realizada pela ACI; dos questionários aplicados durante a pesquisa e os documentos que constituem o corpus de nosso trabalho, impulsionando e delimitando as conclusões por nós aqui construídas. Apoiamos a mesma nas teorias de Gil (2010) e Bardin (2009), em particular na busca de entender como cuidar e aplicar os dados levantados. A metodologia do trabalho é baseada na revisão bibliográfica e análise documental, com aporte teórico fundamentado em Azambuja (2001), Dias (2008), Gomes (2011), Morosini (2014), Knight (1994) e Libâneo (2005) constituem nosso lugar de reflexão.

Neste contexto, desenvolvemos um estudo concentrado na seguinte questão como problema de pesquisa: quais os reflexos na Internacionalização da UFRPE através do programa de mobilidade internacional Ciência sem Fronteiras, vivenciados pelos estudantes de graduação da UFRPE, considerando os contextos educacionais envolvidos?

Entendemos que os estudantes tiveram esta oportunidade de mobilidade internacional voltada para sua formação profissional e acadêmica, e que sua dedicação proporcionou benefícios tanto para eles quanto para a instituição de origem, que cada vez mais se fortaleceram e consolidaram as políticas públicas de internacionalização na educação.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida tem como objetivo geral analisar quais os reflexos na Internacionalização da UFRPE através do programa de mobilidade internacional Ciência sem Fronteiras, vivenciados pelos estudantes de graduação da UFRPE, considerando os contextos educacionais envolvidos.

A fim de cumprir esse objetivo, descrevemos o Programa Ciência sem Fronteiras e seus desdobramentos como política pública para o fortalecimento da internacionalização do Ensino Superior na UFRPE, para o entendimento de como este Programa foi instituído e realizado, no período de vigência de 2010 a 2015.

Também se somam aos objetivos específicos a verificação das dificuldades e benefícios dos estudantes de graduação da UFRPE no enfrentamento dos desafios da mobilidade internacional, a partir dos dados coletados pela Assessoria de Cooperação Internacional, no período de 2014 a 2016, dos estudantes que estiveram em mobilidade acadêmica nos anos de 2013 a 2015, no Programa Ciência sem Fronteiras.

E para que esses dados tenham também uma relevância após o retorno da mobilidade dos estudantes de Graduação da UFRPE, mensuramos os aspectos educacionais envolvidos na mobilidade internacional do Programa Csf, analisando os reflexos na internacionalização da UFRPE

Neste contexto, justificamos a relevância deste trabalho de pesquisa quando refletimos sobre o cenário das políticas públicas educacionais no tocante à internacionalização, que através de incentivos em educação e tecnologias do Governo Federal proporcionam bolsas de estudos para alunos vivenciarem o programa de mobilidade em outros países.

As oportunidades de mobilidade incentivaram a Universidade investir na formação e capacitação em línguas estrangeiras, através da participação no Programa Idiomas sem Fronteiras. Aqui é importante mencionar que o programa foi criado em 2012 como Inglês sem Fronteiras, no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu), a partir do trabalho de um grupo de especialistas da área de Língua Inglesa. A partir de 2014 foram incorporados outros idiomas, para auxiliar estudantes de nível superior a terem acesso aos programas de mobilidade ofertados pelo Governo Federal.

O Programa tornou-se uma importante iniciativa para auxiliar no processo de internacionalização e para contribuir para o desenvolvimento de uma política linguística nas universidades brasileiras. A UFRPE tornou-se um Centro aplicador do teste de inglês para estrangeiros (*Test of English as a Foreign Language-TOEFL*) a partir de 2013, realizando com o apoio da ACI para atender às exigências dos países relacionados ao CsF, suprimindo a demanda de estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos da UFRPE.

Neste contexto, apontamos a relevância do trabalho, uma vez que os resultados da mobilidade podem refletir no fortalecimento da internacionalização da UFRPE, pois impulsionou à Universidade realizar algumas ações, para que os estudantes de graduação da UFRPE, futuros profissionais, tornem mais capacitados no cenário internacional, completando sua formação com domínio e vivências culturais, sociais e educacionais diferenciados, gerando assim, profissionais mais preparados para o mercado de trabalho.

E para a instituição de origem UFRPE foi uma forma de fomentar as políticas públicas de incentivos à educação e à internacionalização, proporcionando um grande desafio de garantir à sociedade uma educação potencializada, com estudantes mais qualificados e motivados com a perspectiva acadêmica e profissional do mundo.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Do Estado para as Políticas Públicas em Educação

O homem vem sendo transformado pela sociedade, alterando seus conceitos, condutas, leis, direitos e deveres, tudo isso acompanhado da modernidade. Neste contexto o entendimento da modernidade depende, fundamentalmente, da compreensão da visão norteadora do desenvolvimento das sociedades humanas. Assim sendo os objetivos foram organizados e geridos para um bem comum a todos, então, surge o Estado que é uma sociedade constituída essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados permanentemente para realizar um objetivo comum (AZAMBUJA, 2001).

No campo político é importante entender a questão do Estado e posteriormente das políticas pú-

blicas. No que concerne ao Estado Moderno segundo Azambuja (2001), este seria a manifestação concreta em que o homem governa outros homens, em um território determinado, um órgão habilitado em empregar o poder e a coerção, e dirigido por peritos e especialistas da ordem e do bem-estar do povo, um instrumento serviço do povo.

Outro autor que define o Estado é Dias (2008), que compreende o Estado como um conjunto complexo de disposições institucionais para fazer funcionar o governo, através das atividades contínuas e regulamentadas de indivíduos que atuam como ocupante de cargos. Enfim, constitui uma organização do poder da sociedade, que reivindica para si a supremacia da aplicação da força aos problemas sociais.

A respeito das políticas públicas de educação, pode-se dizer que são de natureza completa e múltipla, pois Gomes (2011) explica que não é um fenômeno monocausal, já que está conectado com a divisão de poder social; composição étnica, racial, etária e geracional; com os fatos históricos; relação política e poder; economia no ponto de vista dos interesses das organizações e dos grupos de interesses.

Para se garantir uma política pública, a estrutura educacional brasileira, como em qualquer esfera pública ou privada necessita de uma organização, dando aos setores suas responsabilidades e autonomia para desenvolver os programas oriundos das esferas superiores e adaptá-las à realidade de cada estado e município. Sendo assim, segundo Gomes (2011, p.5):

No âmbito educacional brasileiro, a reparição de competências materiais demonstra atribuições concorrentes e descentralizadoras, objetivando uma cooperação recíproca entre os entes federados, cada qual em sua área específica de execução, principalmente no oferecimento da Educação Básica. Existe uma compatibilização entre competências privativas e comuns para nortear as políticas públicas educacionais.

Com relação ao Brasil, podemos perceber que desde os anos de 90, o país busca adaptar-se e ajustar-se a essa configuração econômica, no caso a glo-

balização, que impulsiona vários setores a realizarem mudanças em suas políticas, neste caso educacional. Conforme Libâneo (2012, p.66):

De todo modo, faz-se presente, em todas essas políticas, o discurso da modernização educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educacionais, da escola e do ensino.

E esta modernidade educativa juntamente com a globalização nos leva a entender o que são as políticas educacionais:

Políticas Educacionais corresponde a toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos (e informativos) desenvolvidos em sociedade (seja na instância coletiva, seja na individual) e, por meio dessa intervenção, legítima, constrói ou desqualifica (muitas vezes de modo indireto) determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade (SANTOS, 2012, p. 3).

As políticas públicas educacionais nascem da necessidade social, com o objetivo de elevar o nível de desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico junto à população. Elas necessitam de interação e participação dos governantes eleitos pelo povo, através da elaboração das leis, para efetivação do bem social da população. Hoje temos como base, através dos documentos juridicamente atestados: a Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96; FUNDEB – Lei 11.494/2007; Resoluções dos Conselhos de Educação (Nacional, Estadual e Municipal). Além disto, nos deparamos também com os projetos, planos e programas elaborados para o desenvolvimento da educação (SILVA *et al*, 2014).

Dentro das políticas públicas educacionais podemos englobar as políticas públicas de internacionalização, que têm por objetivo ampliar a educação para um cenário internacional, interagindo com várias

instituições estrangeiras para fomentar as pesquisas, projetos e conexões globais

### Educação para as Políticas Públicas de Internacionalização

A internacionalização não é um fenômeno novo. Em alguns aspectos históricos, religiosos, econômicos e políticos, podemos identificar a internacionalização presente. De acordo com Knight e De Wit (1994) a internacionalização das IES pode ser dividida em três fases: da Idade Média ao período Renascentista, do século XVIII à Segunda Guerra Mundial e desde esta até aos dias atuais.

Na Idade Média, período de mudanças econômicas e sociais, podemos identificar a internacionalização na peregrinação acadêmica, que corresponde às viagens realizadas por estudantes, docentes e pesquisadores desejosos de estudar com renomadas autoridades no tema de interesse em um ou mais países europeus. Já na época do Renascimento, os estudantes que já praticavam as mobilidades acadêmicas se interessavam tão vigorosamente pela notabilidade dos professores que os seguiam de uma universidade a outra (LIMA; CONTEL, 2011, p. 316).

Quando se configurou a criação do Estado-Nação, não foi permitido aflorar um sentimento nacionalista político e cultural, no entanto, acabou por reduzir a peregrinação acadêmica na Europa. Assim as universidades passaram a ser utilizadas como instrumento para exercer a ortodoxia no plano das ideias, marcando as fronteiras estabelecidas entre as interpretações religiosas em confronto e dificultando o livre fluxo de estudantes entre as instituições (LIMA; CONTEL, 2011).

Alguns séculos mais tarde, o fenômeno da internacionalização da educação superior ressurgiu impulsionado pelo processo de exportação de modelos educacionais para os países periféricos, movimento esse denominado por De Wit (2002) de “imperialismo ou colonialismo acadêmico”.

As superpotências, Estados Unidos e União Soviética, estimulavam a colaboração internacional acadêmico-científica como forma de ampliar seu poder político-econômico e de manter sob controle suas áreas de influência, exprimindo-se, dessa forma, como

instrumento de política externa (DE WIT, 2002).

A partir de 1980, no contexto da globalização a internacionalização se intensificou, através de mobilidade de cunho científico e educacional, incluindo o Brasil em vários níveis de educação, possibilitando um país aberto a novas ideias e projeto para melhoria da educação superior.

[...] a Internacionalização da Educação Superior passou a ser entendida como um conceito amplo, muito abrangente, que pode envolver a cooperação internacional, mas se refere também a mudanças que ocorrem dentro de uma determinada instituição, através de iniciativas políticas e de caráter específico (UNESCO, 2003, p. 154).

As múltiplas formas de internacionalização do ensino aparecem, desde sua concepção, em todos os níveis da educação no Brasil. No ensino superior, em especial nas principais universidades brasileiras, a internacionalização começou:

[...] em meados do século XX, com ajuda de missões acadêmicas estrangeiras. Os professores e pesquisadores visitantes que retornaram às suas instituições de origem deixaram ex-alunos que mantiveram laços de cooperação acadêmica em projetos conjuntos de investigação científica (SANTOS; ALMEIDA, 2012, p. 140).

Porém, na última década, a mobilidade internacional que grupos de pesquisa e programas de pós-graduação brasileira alcançaram teve reflexo no cenário internacional, o que garantiu e possibilitou ao “[...] Brasil iniciar um experimento político-acadêmico da mais alta importância, ao organizar universidades federais de vocação internacionalizada” (SANTOS; ALMEIDA, 2012, p. 142).

A internacionalização do ensino superior é definida por Knight (1994) com termos que valorizam a dimensão internacional relacionando-os com o papel da educação na sociedade, ou seja, “Internacionalização em nível nacional, setorial e institucional é definida

como o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária” (KNIGHT, 1994, p.2).

Nota-se, dessa forma, que o fenômeno da Internacionalização se exprime como um conceito amplo e abrangente que acaba por integrar diversas atividades, dentre as quais podem ser citadas a colaboração em pesquisas, todas as formas de mobilidade acadêmica, bem como projetos internacionais de desenvolvimento.

Para que haja a inserção da dimensão internacional no ensino e na pesquisa as IES focalizam suas ações em duas grandes dimensões: parcerias internacionais e ensino. As parcerias internacionais caracterizam-se pelos acordos institucionais, programas de cooperação, pesquisa conjunta, desenvolvimento tecnológico e mobilidade de estudantes/professores; enquanto a dimensão do ensino engloba aspectos relacionados ao desenvolvimento da estrutura curricular com conteúdo internacional, importância da aprendizagem de uma língua estrangeira, utilização da literatura, inserção do ensino em língua estrangeira e treinamento intercultural. Os acordos internacionais entre instituições acadêmicas têm assumido características de interações globalmente administradas (KNIGHT, 1994).

O advento da globalização, então, afetou inclusive as universidades, que passaram por transformações, o que trouxe novos desafios para as instituições, dentre os quais o desafio da internacionalização.

Assim:

A internacionalização de uma instituição de ensino superior (IES) pode ter um conceito limitado, como a simples presença de alguns alunos estrangeiros no campus. Por outro lado, a internacionalização pode ser algo contínuo, como um processo sinérgico e transformador, envolvendo os currículos e a pesquisa, influenciando as atividades de alunos, professores, administradores, e toda comunidade em sentido amplo [...] (FRANKENBERG, 2010, p.149).

Neste novo contexto de internacionalização é que as políticas públicas se fortalecem, através de programas de línguas e programas de mobilidade aca-

dêmica, oriundos dos incentivos públicos que atuarão no financiamento de alunos e pesquisadores, para que se fomente cada vez esta conexão bilateral de caráter globalizado.

No entanto, existem também as limitações da internacionalização, no aspecto de não contemplar todas as áreas de conhecimento. Um exemplo é o CsF, que priorizava as áreas de atuação, como as Engenharias e demais áreas tecnológicas, excluindo as áreas de conhecimento das ciências humanas e das licenciaturas, fator importante para o futuro da educação.

### **A Internacionalização na Educação Superior**

A educação superior está vivendo em uma constante mudança singular aos contextos social, histórico e econômico. Nas Instituições de Ensino Superior, suas funções de ensino, pesquisa e extensão estão tentando cada vez mais diversificar e ampliar seus horizontes, considerando seus aspectos locais e indo para um contexto global (MOROSINI, 2014).

Com o acompanhamento da consolidação do processo de internacionalização universitária, fortifica-se a noção de garantia de qualidade, compreendida como uma expressão de ato formal de certificação de uma instituição ou programa para efeito de informação pública. Sendo assim, intensifica-se a necessidade de estabelecer convênios internacionais, parcerias institucionais e intercâmbio entre estudantes e professores, para fomentar a educação superior na esfera global (MOROSINI, 2014).

Um dos principais fatores que interferem na noção de qualidade é a internacionalização. E a globalização fomenta ainda mais as necessidades de geração de novas políticas públicas nacionais e institucionais que se adequem a tais determinações e exigências mundiais. A IES tem que estar associada à inclusão democrática, participação da sociedade, construção de redes, para garantir uma internacionalização baseada de uma política de diálogo, onde engloba não somente a instituição, como também os atores institucionais (professores, servidores técnicos administrativos e estudantes) e os atores sociais (familiares e sociedade em geral) (MOROSINI, 2014). De acordo com a UNESCO (1998, p. 29):



[...] a qualidade requer também que a educação superior seja caracterizada pela sua dimensão internacional: mobilidade de conhecimento, criação de redes interativas, mobilidade de professores, pesquisadores e estudantes, projetos de pesquisas internacionais, levando-se sempre em conta os valores culturais e as situações nacionais.

Ao focar a internacionalização na Educação Superior, é importante esclarecer que a mesma se articula à tradição da Universidade como tributo acadêmico mútuo. Nesta perspectiva, Dias Sobrinho (2005, p. 139) explica:

Por vocação e tradição, a Universidade tem sido uma instituição que preserva e alimenta a dimensão internacional, seja pelo sentido da ciência e pelos critérios de qualidade e cientificidade, ou seja, pelos valores autenticamente acadêmico, seja pelas iniciativas práticas de intercâmbio institucionais e mobilidade de estudantes e professores. Fazem parte da tradição as parcerias e vários tipos de cooperação que objetivam aumentar a qualidade acadêmica e a relevância social da educação superior. [...] O sentido predominante da internacionalização tem sido ao longo dos tempos o de colaboração acadêmica buscando o avanço da ciência e da educação.

As estratégias marcadas para potencializar a internacionalização na educação superior se baseiam em duas propostas: a produção científica fruto de experiências internacionais, currículos internacionais, desenvolvimento tecnológico para apoio à internacionalização, convênios e parcerias com outras Instituições; e o comprometimento no aprendizado vivenciado no exterior (MOROSINI, 2014).

O comprometimento do estudante com a sua aprendizagem está relacionado aos objetivos e aspirações que ele tem, desencadeando, assim, o sentido de equilíbrio entre o querer e o fazer, segundo Morosini (2010). Este diferencial é que faz com que o aluno que realiza a mobilidade acadêmica volte com a *expertise*

e bagagem cultural e educacional, agregando também para a Universidade destaque no cenário internacional, através das parcerias e projetos de pesquisas.

A internacionalização na educação superior é uma questão fundamental para Unesco, uma vez que possibilitará o avanço científico, o conhecimento, a qualidade na educação e o desenvolvimento do potencial humano, mediante a formação de redes de pesquisa, mobilidade acadêmica dos alunos, professores e pesquisadores de forma tradicional, mas também utilizando os recursos tecnológicos. O surgimento do Programa IsF alinha-se, portanto, aos princípios da UNESCO (UNESCO, 2003).

A Universidade Federal Rural de Pernambuco se inseriu nesta proposta de Internacionalização com base no Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (REUNI), que tinha como projeto a expansão em curso sob o argumento de não perder de vista a qualidade acadêmica.

A expansão das Universidades Federais deve estar alinhada a reestruturação acadêmicas e curriculares que promovam maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexível, redução da evasão escolar, utilização adequada dos recursos humanos e materiais no sentido de consolidar, aperfeiçoar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares. Em um mundo no qual a ciência não tem fronteiras, e a universidade brasileira, em especiais as federais, devem dialogar e interagir com a suas congêneres de melhor qualidade em todos os países (ANDIFES, 2012 p. 11).

Atualmente a UFRPE encontra-se inserindo seus propósitos em uma educação superior voltada para a globalização, quebrando seus paradigmas de uma Universidade agrária para uma Instituição aberta ao mundo.

## APRESENTAÇÃO DO CASO DE ANÁLISE Programa de Mobilidade Internacional: Ciência sem Fronteiras

Os programas de mobilidade surgiram como objetivo de fomentar políticas públicas de internacionalização, para garantir aos estudantes e pesquisadores maiores oportunidades de qualificação profissional, além de experiências pessoais, culturais e linguísticas, desenvolvendo o aspecto acadêmico e seus objetivos futuros.

Foi criado pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. O Programa Ciência sem Fronteiras teve por objetivo geral, nos termos do art. 1º do documento legal:

Art. 1º [...] propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011, s/n).

A proposta do programa era proporcionar 101 mil bolsas no período de 2010 a 2015 para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação cursassem disciplinas para seu currículo acadêmico e fizessem estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação (BRASIL, 2011).

Para atender a seus objetivos, o Programa CsF concedeu bolsas de estudo em “instituições de excelência no exterior” nas seguintes modalidades: graduação sanduíche; educação profissional e tecnológica; doutorado sanduíche; doutorado pleno; e pós-doutorado.

Os estudantes participaram de um processo de seleção através do site do Programa Ciência sem Fronteiras e da Universidade, devendo ser vinculados a alguma Instituição de Ensino Superior e no curso que contemplasse as áreas prioritárias do Programa; ter a proficiência na língua exigida pelo país de destino; ter sido classificado com nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com no mínimo 600 pontos considerando os testes aplicados a partir de 2009; se alunos de graduação, ter concluído no mínimo 20% e no máximo 90% do currículo previsto; e possuir bom desempenho acadêmico.

Na concessão das bolsas, foram contempladas originalmente as seguintes áreas:

Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;

Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos (BRASIL, 2015, s/n).

De acordo com a Capes e o CNPq, foram concedidas, entre 2011 e 2014, 101.446 bolsas, conforme a evolução mostrada no Quadro 1, com todas as modalidades do programa, como: graduação, pós-graduação, mestrado profissional, jovens talentos, pesquisadores visitantes.

**Quadro 1 – Ciência sem Fronteiras Bolsas concedidas**

2011 A 2014	Bolsas concedidas
2011	3.621
2012	16.420
2013	39.196
2014	42.209
Total	101.446

**Fonte:** CAPES e CNPq, (2016).

Em relação à participação ministerial na execução financeira do Programa Ciência sem Fronteira, verificava-se uma maior participação, em termos financeiros, do Ministério de Educação (MEC).

O total gasto com o programa desde 2012 até o valor apurado em 3 de novembro de 2015 foi de cerca de R\$ 10,5 bilhões. Desse total das despesas, o Ministério da Educação contribuiu com aproximadamente 66% e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 34% (BRASIL, 2015, s/n).

Esse grande investimento na educação foi importante para possibilitar aos estudantes de graduação e pós-graduação uma nova oportunidade de investir em sua capacitação acadêmica e profissional, possibilitando também melhores índices para o Brasil de pesquisas.

Com a criação do CsF, surgiram algumas dificuldades para compatibilizar os acordos existentes com a nova iniciativa. Foram reportadas, ainda, algumas dificuldades de comunicação das universidades, ou de parte delas, com as agências financiadoras e as instituições estrangeiras. Não se trata de dificuldades de resolver problemas envolvendo os bolsistas no exterior, mas de participação no processo que levava ao fechamento de acordos (BRASIL, 2015).

O processo de seleção de alunos igualmente apresentou alguns problemas. Cabe ressaltar, porém, que nos parece adequado que se mantenha a prerrogativa das universidades de adotar processos próprios de seleção, fundamentados no mérito acadêmico, respeitados os critérios estabelecidos pela Capes e pelo CNPq. Além disso, outro problema identificado no CsF, mais especificamente na forma como vinha sendo implantado, residia na barreira do idioma. As deficiências no domínio de línguas estrangeiras, particularmente do inglês, criaram dificuldades no processo de seleção e no aproveitamento dos estudos no exterior (BRASIL, 2015).

Portanto, diante deste desafio, o MEC criou, por meio da Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014, o Programa Inglês sem Fronteiras / Programa Idiomas sem Fronteiras. A sigla IsF indicava, inicialmente, o Programa Inglês sem Fronteiras (instituído em 2012), que depois passou a incorporar outros idiomas, tornando-se Idiomas sem Fronteiras e mantendo a mesma sigla. As principais ações do IsF consistem na oferta de cursos de idiomas presenciais em universidades federais, no acesso a curso de inglês e de francês *on line* auto instrucional (*My English On line e Français sans Frontières*) e na aplicação de testes de nivelamento e proficiência. A iniciativa foi bem-vinda, mas deveria ter sido criada algum tempo antes do lançamento do CsF (BRASIL, 2014).

A principal inovação do CsF consistiu em estender a internacionalização para o ensino de graduação. Anteriormente, essa ação praticamente se limitava à

pós-graduação, estando, portanto, ligada mais à pesquisa do que ao ensino. Ainda que a pesquisa mereça prioridade, o ensino igualmente precisa do processo de internacionalização, como fonte de estímulo à circulação de novos conhecimentos e à adoção de novas metodologias e práticas educativas.

De fato, a internacionalização de universidades e o desenvolvimento de redes internacionais de pesquisa abriam novas possibilidades para carreiras internacionais e para a cooperação científica, o que não significava necessariamente a perda de recursos humanos de alta qualificação pelos países em desenvolvimento.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou em abril de 2017 o fim do CsF, com os dados financeiros, abordando o valor total gasto neste projeto:

O Programa Ciência sem Fronteiras concedeu entre 2011 e 2016 a soma de cerca de R\$10,5 bilhões ou para a concessão de 101.446 bolsas, o que perfaz uma média de R\$103 mil por bolsista (BRASIL, 2015, s/n).

Apesar das limitações do CsF em priorizar algumas áreas de atuação e tecnologia, a escolha desse programa, foi pelo aspecto global que o CsF se propôs a atingir, no sentido de agregar o ensino, pesquisa, cultura, o aprimoramento do idioma, além da internacionalização das instituições, tornando estudantes e docentes mais qualificados profissionalmente e academicamente.

### Experiências Acadêmicas

As experiências acadêmicas foram identificadas em duas categorias iniciais: aprendizagem e estrutura, que serviram de base para análise dos benefícios e dificuldades enfrentadas pelos estudantes em mobilidade acadêmica.

Identificamos no Quadro 2, as experiências acadêmicas voltadas para a aprendizagem dos estudantes, identificando como unidades de registro os comentários (C) abaixo.

#### Quadro 2 – Experiências Acadêmicas: Aprendizagem

Categoria final	Categoria inicial	Unidades de Registro
Acadêmicas experiências	Aprendizagem	1. Aprofundar o conteúdo da área
		2. Interdisciplinaridade nas disciplinas ofertadas
		3. Proficiência na língua estrangeira
		4. Educação continuada e parcerias
		5. Práticas acadêmicas
		6. Método Acadêmico
		7. Qualidade de Ensino

Fonte: Os autores, (2018).

Em relação ao aprofundamento do conteúdo na área de estudos de cada estudante e a oportunidade de cursar várias disciplinas além da sua grade curricular, foram destacados nestes itens em vários comentários positivos, pois ao vivenciar os estudos em outra instituição, tiveram que inserir em outro método de ensino, para alguns com grande destaque para sua formação, para outros proporcionou um desafio em contemplar outras disciplinas que nunca poderiam cursar no Brasil. A seguir alguns comentários para corroborar com a análise:

[...] pude desenvolver minhas competências em língua inglesa e tive a possibilidade de cursar matérias bem diferentes daquelas oferecidas pela minha grade de estudos acadêmicos. C1<sup>4</sup>

Quando falamos em mobilidade internacional um dos fatores importante é o idioma estrangeiro, alguns estudantes enfatizaram que foi de extrema importância a aquisição da proficiência da língua, já outros tiveram grande dificuldade em adaptação a língua estrangeira, pois não saíram preparados ou até mesmo confiantes na língua, e quando chegaram ao local da mobilidade apareceram os desafios de se relacionar e se adaptar

4 As nomenclaturas C1, ...C6 são compostas pelas respostas dos estudantes que participaram do Programa Ciência sem Fronteiras, conforme entrevista realizada e autorizada através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), com objetivo de preservar e não haver nenhum constrangimento perante os depoentes.

à nova língua. Podemos confirmar em alguns comentários a seguir:

[...] primeiramente o domínio da língua inglesa, no começo era muito difícil se comunicar, prestar atenção em avisos no metrô ou em outros meios de transporte, porém como a passar do tempo fui observando minha evolução, conseguindo rapidamente me comunicar. C2

O Programa Ciência sem Fronteiras alinhava à mobilidade o Programa Idiomas sem Fronteiras para que esses estudantes saíssem preparados para os desafios de enfrentar o cotidiano em outro país, através de aulas presenciais na Universidade.

Segundo o Gráfico 1, sobre o idioma estrangeiro, cerca de 60% dos comentários analisados levantaram como ponto positivo a proficiências na língua estrangeira, em contraponto, cerca de 40% dos comentários abordados pelos estudantes, dificuldades existiram em relação a adaptação a língua estrangeira, pois eles tiveram que resolver os problemas sozinhos, além de assistirem as aulas e interagir com os professores.

Gráfico 1: Idioma estrangeiro



Fonte: Os autores, (2018).

O método de ensino em outras Instituições exige um diferencial de acordo com cada país: cultura,

identidade científica, costumes, métodos de avaliação, dentre outros. Aspectos esses em que o estudante teve que imergir para conseguir cursar as disciplinas, no entanto, o diferente tornou-se na prática viável. Porém o ponto negativo apontado foi a diferença em relação a avaliação acadêmica e metodologia aplicada ser bastante distinta em relação às universidades brasileiras.

As Instituições estrangeiras se destacam pela qualidade de ensino, em vários pontos: aulas, professores qualificados, estrutura, laboratórios, pesquisas científicas, práticas acadêmicas, educação continuada e parcerias com outras instituições como forma de intensificar os projetos científicos e acadêmicos.

**Quadro 2 – Experiências Acadêmicas: Estrutura**

Categoria final	Categoria inicial	Unidades de Registro
Acadêmicas experiências	Estrutura	1. Estrutura da Universidade
		2. Utilização de tecnologias
		3. Laboratórios equipados
		4. Apoio Institucional
		5. Plataformas <i>on line</i>
		6. Método Acadêmico
		7. Qualidade de Ensino

Fonte: Os autores, (2018).

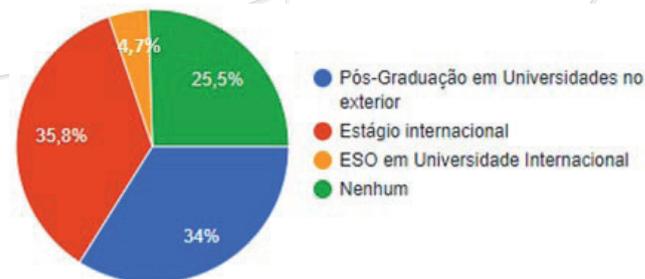
As Universidades estrangeiras têm como fator importante para o incentivo do ensino de qualidade, toda a estrutura de salas equipadas, bibliotecas, tecnologias, laboratórios equipados, plataformas *on line*, além dos professores e funcionários qualificados para atender os estudantes nativos e estrangeiros da melhor forma.

Porém, compreendemos que no Brasil as instituições de ensino ainda são deficientes em termos de estrutura. Elas precisam melhorar quanto à instalação de laboratórios, utilização de tecnologias, dentre outros aspectos, como forma de proporcionar condições mais favoráveis ao ensino, pesquisa e extensão. Por isso, ressalta-se a importância de investimento em educação e na internacionalização, pois quando falamos de ampliar o ensino, estamos também diante dos desafios

das políticas públicas de proporcionar maiores benefícios na estrutura das universidades, professores qualificados, técnicos administrativos competentes para gerenciar e administrar o bem público.

Em relação à vida acadêmica dos estudantes percebemos no Gráfico 2, que ao chegar em uma outra Universidade, com metodologia diferente, professores qualificados, estratégias de aulas prática diferenciada, ou seja, um cenário acadêmico novo. Os estudantes teriam que estabelecer suas metas de aprendizado pessoal, realmente identificar o que eles estavam buscando nesta experiência, e dentre as respostas, 35,8% dos estudantes buscavam estágio internacional, tendo como foco seu profissionalismo e experiência na sua área, além disso, somando a uma parcela menor, alguns tinham o objetivo de realizar o estágio supervisionado (ESO) na Universidade. Outro ponto, 34% dos entrevistados abordaram que eles construíram relacionamento para uma futura Pós-Graduação no exterior e demais respostas, 25,5 % não tiveram nenhuma pretensão de ir em buscar da sua educação continuada, pois para eles o presente era o mais importante. E 4,7% dos estudantes tiveram a oportunidade de realizar o estágio supervisionado na área de conhecimento, que com certeza puderam colocar os conteúdos adquiridos em sala de aula em prática acadêmica, aperfeiçoando para desempenhar melhores resultados no mercado de trabalho após sua formação.

**Gráfico 2 – Educação Continuada**



Fonte: Formulário de pesquisa, Google Docs.

A política pública do Programa Ciência sem Fronteiras, através dos seus objetivos proporcionou ao estudante vivenciar experiências voltadas a área prática, através de estágios supervisionado e estágios

profissionais no país em que estavam realizando a mobilidade acadêmica. Porém, no Gráfico 3, identificamos o que mais refletiu em sua vida profissional, principalmente os fatores que mais marcaram após sua formação para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

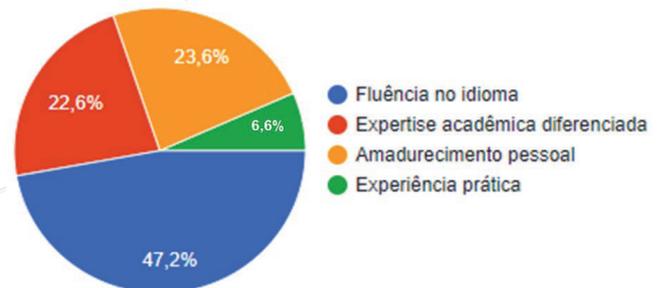
No Gráfico 3, os estudantes abordaram que a fluência do idioma, foi um fator que mais interferiu substancialmente para seu desempenho profissional. O mercado de trabalho exige na contratação a proficiência em línguas, e esta experiência proporcionou um grande destaque na sua formação.

Outro ponto foi o amadurecimento pessoal. Os estudantes identificaram como positivo esta experiência, porque despertou o crescimento pessoal na mobilidade, pois muitos estudantes eram imaturos para estar diante de grandes desafios sozinhos sem o apoio dos pais, e depois do seu retorno, sentiram confiante para enfrentar as barreiras e conseguir entrar no mercado de trabalho com mais responsabilidade e determinação.

Em relação à *expertise* acadêmica diferenciada, os estudantes apontaram que foi relevante, porque eles absorveram academicamente, em relação à questão de cursar disciplinas novas, estudar em laboratórios com grandes tecnologias, professores com metodologia e didática diferenciada, além do arsenal de disciplinas interligadas, potencializando a pesquisa e ensino.

A experiência prática também teve sua influência positiva para inserção do estudante no mercado de trabalho, pois alguns estudantes tiveram oportunidade de desempenhar atividades na área profissional, que foram essenciais para proporcionar o conhecimento com embasamento prático. A transformação do conteúdo em sala de aula para a prática durante a formação do estudante, agregou condição do estudante ser mais confiante após sua conclusão do curso, para ir em busca da empresa e função que deseja executar no futuro. Enfim, para um bom desempenho profissional, é necessário o aperfeiçoamento na prática, ou seja, oportunidade como esta tem que aproveitar.

**Gráfico 3 – Inserção no mercado do trabalho**



Fonte: Formulário de pesquisa, Google Docs.

Outro ponto que avaliamos foi em relação à recepção da Universidade após seu retorno da mobilidade. No Gráfico 4, verificamos que a avaliação do retorno à universidade é regular, com a opinião de que a experiência não foi muito boa nem muito ruim. Porém alguns comentários apontaram algumas sugestões de como melhorar o papel da Universidade no retorno dos estudantes.

Na minha visão a universidade dá pouca atenção aos alunos que retornam. Quando voltei não tinha estágio e precisava me manter, gostaria de ter voltado para Universidade para contribuir com o que aprendi fora e isso não aconteceu porque não existiam bolsas. Devido a isso tive que procurar estágio fora e sai do meio acadêmico. Voltei anos depois, mas foi por meu próprio esforço. **C3**

Criação de um grupo de pesquisa dos alunos que retornaram do programa, para que as experiências trouxessem benefícios mais fortes para a universidade. **C4**

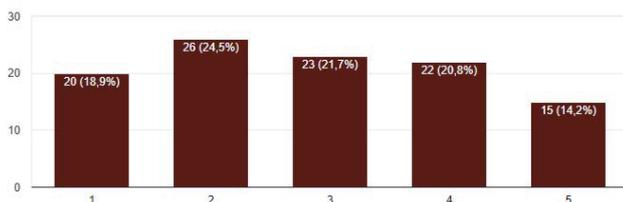
Realmente o papel da Universidade é de suma importância para o acolhimento desse estudante quando retorna da mobilidade acadêmica, pois também ele vai se enquadrar em uma nova realidade. Além disso, todo conhecimento adquirido ao longo da sua experiência precisa ser compartilhado com outros estudantes com o objetivo de incentivar a mobilidade e também de levar o conhecimento para outras pessoas. No ano 2015, no dia 30 de outubro foi realizado na UFRPE o I EMI LACELI - Encontro de Mobilidade e Idiomas,

em parceria com a Assessoria de Cooperação Internacional (ACI), professores e estudantes da UFRPE, que teve como objetivo discutir o papel dos idiomas estrangeiros na internacionalização das Universidade Federais, além de dar dicas sobre como ingressar em programas de mobilidade, através das Universidades. Este evento também teve a participação de alguns estudantes que estiveram em mobilidade expondo suas experiências vivenciadas, através de exposição de pôster, com o intuito de compartilhar com outros estudantes e participantes do evento (ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, 2015).

Nos demais anos, ações como esta não foram executadas, ocasionando uma lacuna no que os estudantes poderiam ter realizado e compartilhado de suas experiências, pois outros candidatos desejariam aprender mais com esta troca de conhecimento.

Sem dúvidas que, para melhor recepção dos estudantes a ACI deveria organizar mais eventos para interagir e compartilhar grandes experiências vividas pelos estudantes, com o objetivo de proporcionar ao público o conhecimento adquirido, experiências acadêmicas e culturais, os desafios e as dificuldades enfrentadas. Além disso, após o retorno da mobilidade, o apoio da Coordenação do Curso seria muito importante a esses estudantes no sentido de direcioná-los em suas atividades acadêmicas e estágios.

**Gráfico 4 – Recepção da UFRPE**



Fonte: Formulário de pesquisa, Google Docs.

Em relação ao ponto de vista dos estudantes do que a Universidade deveria ter feito e não realizou após seu retorno do Programa Ciência sem Fronteiras, conforme Gráfico 5, a maioria dos estudantes abordaram a questão do aproveitamento das disciplinas que não foram aprovadas no currículo acadêmico e 8,9%

apontou os cursos de aperfeiçoamento em idiomas. E cerca de 21,8% sugeriram outros pontos para ser trabalhados, conforme comentários a seguir:

Dar continuidade a projetos desenvolvidos no programa, permitindo assim uma evolução na linha de desenvolvimento do aluno. **C5**

Deveria haver um retorno maior por parte dos intercambistas para com a comunidade acadêmica. Sendo, por exemplo, realizados pequenos seminários com cada um contando suas experiências positivas e negativas, de forma a tirar dúvidas de quem pensa ou não em fazer um intercâmbio futuramente. **C6**

**Gráfico 5 – Desafios para UFRPE**



Fonte: Formulário de pesquisa, Google Docs.

Sendo assim, podemos perceber que existem ajustes a serem realizados pela UFRPE, para que os estudantes entrem e retornem da mobilidade de forma mais organizada e planejada, fazendo com que tenham maior aproveitamento das experiências vivenciadas neste tempo de mobilidade e potencializando a internacionalização. Tempo em que desafios foram superados, dificuldades foram vencidas, relacionamentos interpessoais trouxeram benefícios pessoais e profissionais, fortaleceram o idioma, conheceram comidas, clima e pessoas diferentes, além disso, adquiriram conhecimentos educacionais e experiências profissionais que levarão por toda vida. Tudo isto, servindo como fonte de inspiração e oportunidade para outras pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Ciência sem Fronteiras modificou o cenário institucional que despertou para a internacionalização e tornou possível estar mais conectado com o mundo, proporcionando as Instituições realizar novas parcerias para grandes projetos e aos estudantes viajarem e vivenciarem a troca de conhecimento, a aquisição da fluência em idiomas, apreender assuntos de sua área e interdisciplinar, conhecer diferentes lugares e pessoas, relacionar com nativos e professores para um futuro projetos ou educação continuada.

O programa conseguiu atender seus objetivos, pois buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. E foi o que ocorreu em 5 anos de sua existência, as Instituições tiveram que se adaptar às demandas internacionais ampliando sua estrutura de pessoal qualificado para trabalhar nesta área, estabeleceram normas e diretrizes para execução das atividades, fomentaram as parcerias com outras Universidades estrangeiras para realizar pesquisas, projetos, receber e enviar os estudantes, tudo isto para aderir outro novo cenário e atendem as expectativas da Sociedade.

A consequência deste programa para a Universidade Federal Rural de Pernambuco foi o projeto de implantação da Internacionalização englobando os cursos de graduação e pós-graduação, fruto das ações realizadas no Programa Ciência sem Fronteira. Neste sentido, a internacionalização tornou-se uma política da Universidade fazendo com que se estreite cada vez mais as relações internacionais, fazendo com que os estudantes e docentes estejam engajados ao cenário mundial, realizando estudos, pesquisas e troca de conhecimento.

Nesta experiência os estudantes tiveram a oportunidade de mobilidade internacional voltada para sua formação profissional e acadêmica, e sua dedicação proporcionou benefícios tanto para eles quanto para a instituição de origem. Entretanto, vários ajustes em

relação ao seu retorno são necessários para se fortalecer e consolidar as políticas públicas de internacionalização na educação.

Os aspectos educacionais adquiridos pelos estudantes foram bastante positivos, porque estavam imersos em uma outra estrutura acadêmica, com laboratórios equipados de última geração, plataformas *online*, profissionais qualificados, enfim, com tecnologias e metodologia diferenciada. Porém a UFRPE tem que se adaptar estruturalmente para proporcionar o nível adequado aos alunos internos e alunos ou docentes estrangeiros, alinhando nível de educação com estrutura.

Outro legado importante foi a proficiência do idioma. No início da mobilidade alguns estudantes tiveram dificuldade para se adaptar e obter a fluência necessária para um bom desempenho acadêmico, mas todos conseguiram superar este desafio, porque está inserido em uma outra cultura não é tarefa fácil, as barreiras de estabelecer relacionamentos e parcerias são complicado em um país onde precisamos nos adaptar com o clima, comida, pessoas, cultura, transporte, diversas línguas dos nativos e outros estrangeiros.

Por isto que a Universidade Federal Rural de Pernambuco, através da internacionalização, precisa incentivar cada vez mais os estudantes e servidores a se prepararem com os cursos de Idiomas em várias línguas: Francês, Espanhol, Italiano, Inglês, promovido pelo Programa Idiomas sem Fronteiras, para fortalecer a proficiência, tornando a barreira do idioma viável e superada. Os estudantes saem para mobilidade preparados para obter um alto desempenho acadêmico e vivenciar um bom relacionamento interpessoal com os nativos, além da própria Universidade está preparada para receber professores e estudantes estrangeiros.

Em relação à experiência educacional adquirida, a realização de uma palestra ou eventos científicos, com os estudantes que estiveram em mobilidade, com o propósito de despertar outros estudantes a participar desta experiência que engloba características pessoais, acadêmica, cultural e social, seria de extrema importância. A frequência de eventos como este, agregaria a disseminação de conhecimento entre outros alunos, fortalecendo cada vez mais a capacidade de relacionar os estudantes ao mercado internacional.

E para as Universidades a finalização do Programa minimizou as oportunidades de cada vez mais

interagir com outras Instituições em pesquisas científicas, parcerias institucionais, convênios e projetos acadêmicos, sendo assim, deixando de contribuir para Sociedade maior número de profissionais formados qualificados e com uma visão global para o mercado de trabalho, porque a experiência acadêmica e socio-cultural gerou um diferencial a estes estudantes tanto no lado pessoal quanto profissional.

Na análise geral do trabalho, esta pesquisa é muito importante para despertar a UFRPE juntamente com a ACI que para potencializar a internacionalização, além do seu papel importante de acompanhamento e orientação, necessita ampliar suas ações no ensino das línguas estrangeiras, criar novas estratégias de parcerias para gerar possibilidade a mobilidade a outros estudantes, melhorar seu apoio aos estudantes após a mobilidade e fomentar programas de mobilidade através de parcerias internacionais e promover mais eventos acadêmicos para compartilhar saberes e/ou experiências voltadas para internacionalização e mobilidade.

Portanto, com o ensino superior conectado com a internacionalização, os estudantes, docentes e pesquisadores ficam inseridos ao cenário global, tendo que se relacionar com os estrangeiros, adaptar a normas e padrões das Universidades, posicionar diante das variações culturais e sociais existentes. Com tudo isto, as trocas acadêmicas, sociais e culturais fortalecem ainda mais a questão da internacionalização entre instituições, fomentando o avanço da ciência.

## REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Pela Expansão da educação superior pela valorização da educação superior como bem público**. Reunião do Conselho Pleno. Brasília, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: 20 fev. 2018.

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, (2012). **Relatório de Gestão**. Recife: Assessoria de Cooperação Internacional (ACI), 2012.

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, (2015). **Relatório de Gestão**. Recife: Assessoria de Cooperação Internacional (ACI), 2015.

AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política**. 13. ed. São Paulo: Globo, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70 - LDA, 2009.

BRASIL. Decreto 7.642, de 13 de dezembro de 2011. **Institui o Programa Ciência sem Fronteira**. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-CsF.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

BRASIL. Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014. **Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras**, 2014. Disponível em: <[http://isf.mec.gov.br/ingles/images/pdf/novembro/Portaria\\_973\\_Idiomas\\_sem\\_Fronteiras.pdf](http://isf.mec.gov.br/ingles/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf)> Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. **Relatório nº 21 - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT) de 2015**. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/185018.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2016.

DE WIT, H. **Internationalization of higher education in the United States of America and Europe: a historical, comparative, and conceptual analysis**. Westport: Greenwood Press, 2002.

DIAS. R. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FRANKENBERG, C. L. **Internacionalização na formação pessoal e acadêmica do Engenheiro formado na PUCRS**. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Orgs.). **Inovação, universidade e internacionalização: boas práticas na PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 143-152. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/internacionalizacao-boaspraticas.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GOMES, A. M. Políticas públicas, discurso e educação. In: Alfredo M. Gomes. (Org). **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, v. 1, p.19-33.

KNIGHT, J. **Internationalization: Elements and checkpoints**. Ottawa, Canada: Canadian, Bureau for International Education, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Manolita C.; AVRICHIR, Ilan; CONTEL, F. B. **Internacionalização da Educação Superior: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.

MOROSINI, M. C. Do compromisso ao comprometimento: o estudante e a aprendizagem. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 2, p. 23-44, 2010. Editora UFPR. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/er/nspe2/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/02.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação Superior e Contextos emergentes. **Revista Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v.19, n.2, p.385-405, jul. 2014. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a07v19n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a07v19n2.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SANTOS, F. S; ALMEIDA FILHO, N de. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS. P. S. M. B. **Guia Prático da Política Educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, S. K; FERRONATO, F.; BARUFFI, M. M. **Políticas Educacionais**. Londrina: Editora e Distribuição S.A., 2014.

UNESCO. **Educación Superior en una sociedad mundializada**. Sector de educación de la UNESCO. Documento de posición. 2003. Disponível em: <[www.iesalc.unesco.org.ve](http://www.iesalc.unesco.org.ve)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

UNESCO. **Tendências da Educação Superior no século XXI**: Anais da conferência Mundial do Ensino Superior. Paris, UNESCO, 1998.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado Aluno

Você está convidado a participar como voluntário da pesquisa intitulada “CONTEXTOS EDUCACIONAIS ENVOLVIDOS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO ATRAVÉS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (2010 – 2015). Meu nome é Geyza Lustosa, trabalho na Assessoria de Cooperação Internacional da UFRPE e sou a pesquisadora responsável.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, marque “aceito” ao final do termo. Caso não deseje participar, marque “não aceito” e será direcionado para próxima página. Se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail: [gllustosa@hotmail.com](mailto:gllustosa@hotmail.com) ou pelo telefone (81) 994572562.

A pesquisa faz parte da dissertação do Programa do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como objetivo geral da pesquisa: analisar a relevância do programa de mobilidade internacional Ciência sem Fronteiras na formação dos estudantes de graduação da UFRPE, considerando os contextos socioculturais e educacionais envolvidos.

A metodologia utilizada será de caráter descritivo e exploratório. Os procedimentos metodológicos a serem utilizados no projeto são coleta de dados e questionário aplicado aos estudantes que fizeram mobilidade acadêmica, através do Programa CsF. O questionário será anônimo e é garantido o sigilo que assegura a privacidade dos participantes.

O resultado da pesquisa terá relevância, porque será embasado com o arcabouço teórico para propor indicações de melhorias para fortalecer as políticas educacionais e implementação da Internacionalização na UFRPE, fomentando à formação dos estudantes.

Você concorda com o TCLE e aceita participar a pesquisa, respondendo a este questionário preferencialmente até o dia XXXXXX? Tempo estimado para responder: 3 a 4 min.

( ) Sim, aceito participar da pesquisa.

( ) Não aceito participar da pesquisa.